



Edgar Guimarães,
Joel de Menezes Niebuhr

Registro de preços: aspectos práticos e jurídicos

177 páginas
ISBN 978-85-7700-111-8
Formato: 14,5 x 21,5 cm

<http://www.editoraforum.com.br/loja>

Edgar Guimarães

Advogado. Mestre e Doutorando em Direito Administrativo pela PUC/SP. Professor de Direito Administrativo e de Licitações nos cursos de Pós-Graduação da FAE Business School e do Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Consultor Jurídico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Autor do livro *Controle das licitações públicas* (São Paulo: Dialética, 2002).

Joel de Menezes Niebuhr

Advogado. Doutor em Direito Administrativo pela PUC/SP. Mestre em Direito pela UFSC. Professor Convidado de Direito Administrativo da Escola da Magistratura do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Professor Convidado de Direito Administrativo da Escola do Ministério Público de Santa Catarina. Professor Convidado de diversos cursos de especialização em Direito Administrativo. Autor dos livros *Princípio da isonomia na licitação pública* (Florianópolis: Obra Jurídica, 2000); *O novo regime constitucional da Medida Provisória* (São Paulo: Dialética, 2001); *Dispensa e inexigibilidade de licitação pública* (São Paulo: Dialética, 2003); e *Pregão presencial e eletrônico* (4. ed. Curitiba: Zênite, 2006); além de diversos artigos e ensaios publicados em revistas especializadas.

Registro de preços: aspectos práticos e jurídicos não é mais um livro sobre esse excepcional e prático procedimento administrativo usado no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios quando a atividade administrativa, em razão do interesse público, exige a aquisição de bens ou a contratação de serviços, é, isto sim, um estudo teórico e prático, pois composto por exposições minuciosas e bem encadeadas sobre esse mecanismo indispensável às contratações públicas. Não se perdem os autores em divagações doutrinárias ou em discussões de pequena importância ou com as que a lei já oferece a solução.

Diogenes Gasparini

SUMÁRIO:

Prefácio

Diogenes Gasparini

Capítulo Primeiro

Noções gerais sobre registro de preços

Joel de Menezes Niebuhr

- 1 Conceito de registro de preços
- 2 Vantagens do registro de preços
 - 2.1 Objetos de difícil previsibilidade
 - 2.2 Controle eficaz dos estoques
 - 2.3 Controle de qualidade
 - 2.4 Flexibilidade em relação às regras de duração contratual previstas no artigo 57 da Lei nº 8.666/93
- 3 Legislação sobre registro de preços
- 4 Cabimento do registro de preços
 - 4.1 Registro de preços para obras e serviços de engenharia
 - 4.2 Registro de preços para bens e serviços de informática
 - 4.3 Objetos que não admitem a utilização do registro de preços

Capítulo Segundo

Licitação para registro de preços

Edgar Guimarães

- 1 Planejamento da licitação para registro de preços
 - 1.1 Fases da licitação
 - 1.2 Especificidades da fase preparatória da licitação para registro de preços
- 2 Definição de quantitativos
- 3 Pesquisa de mercado
 - 3.1 A estimativa de valor e a fixação de preço máximo
 - 3.2 A metodologia para estimar o valor da licitação
- 4 Reserva orçamentária
- 5 Modalidades de licitação
 - 5.1 Adoção da modalidade em razão da natureza do objeto
- 6 Critérios de julgamento
 - 6.1 Tipos de licitação e suas aplicações
 - 6.2 Os possíveis tipos nas licitações para registro de preços
 - 6.3 O julgamento da licitação pela oferta de maior desconto
- 7 Registro de preços para mais de uma entidade da Administração Pública
 - 7.1 Vantagens do registro de preços para várias entidades
- 8 Edital da licitação para registro de preços
 - 8.1 A importância do edital e seu caráter vinculativo
 - 8.2 Regras a serem observadas na elaboração do edital
 - 8.3 Anexos do edital de licitação
 - 8.4 Competência para assinar o edital

- 9 Aprovação do edital
- 9.1 Finalidade, competência e extensão da análise jurídica
- 9.2 Prazo para análise das minutas dos editais
- 9.3 O caráter decisório e vinculativo da manifestação da assessoria jurídica
- 9.4 A elaboração de minutas-padrão de editais
- 10 Publicidade do edital
- 10.1 Meios de divulgação dos avisos de licitação
- 10.2 Prazos mínimos de publicidade
- 10.3 Alteração do edital após a publicidade
- 11 Fase de aprovação da licitação
- 11.1 Homologação
- 11.2 Revogação
- 11.3 Anulação
- 11.4 Fracasso e deserção
- 11.5 Adjudicação do objeto em licitações para registro de preços

Capítulo Terceiro

Ata de registro de preços

Joel de Menezes Niebuhr

- 1 Ata de registro de preços
- 2 Conteúdo da ata de registro de preços
- 3 Formalização da ata de registro de preços
- 3.1 Aprovação da assessoria jurídica
- 3.2 Assinatura da ata de registro de preços
- 3.3 Publicação do extrato da ata de registro de preços na imprensa oficial
- 4 Prazo de validade e prorrogação da ata de registro de preços
- 5 Aditamento da ata de registro de preços
- 6 Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da ata de registro de preços
- 7 Cancelamento da ata de registro de preços

Capítulo Quarto

Adesão à ata de registro de preços

Joel de Menezes Niebuhr

- 1 Adesão à ata de registro de preços
- 2 Ofensa aos princípios de direito administrativo
- 2.1 Agravo ao princípio da legalidade
- 2.2 Agravo ao princípio da isonomia
- 2.3 Agravo ao princípio da vinculação ao edital
- 2.4 Agravo aos princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade
- 2.5 Agravo ao princípio da economicidade
- 3 A posição dos Tribunais de Contas
- 4 Procedimento para adesão à ata de registro de preços
- 5 Adesão à ata de registro de preços de entidades de esferas federativas distintas
- 6 Aditivos à ata de registro de preços aderida
- 7 Prazo de vigência da ata para o aderente
- 8 Responsabilidade da entidade aderente pela licitação pública que precedeu à ata de registro de preços

Capítulo Quinto

Contrato administrativo decorrente de ata de registro de preços

Edgar Guimarães

- 1 Aplicação da sistemática da Lei nº 8.666/93
- 2 Formalização do contrato administrativo
- 2.1 Competência para formalizar o contrato
- 2.2 Utilização de termo contratual ou instrumento equivalente
- 2.3 A questão da expressão "entrega imediata"
- 3 Publicidade do contrato administrativo
- 3.1 A publicidade como condição de eficácia do contrato
- 3.2 Conteúdo do extrato contratual
- 4 Duração do contrato administrativo
- 4.1 Regra geral e exceções
- 5 Alterações do contrato administrativo e seus limites
- 5.1 Requisitos legais para as alterações
- 6 Aplicação de sanção administrativa em decorrência da recusa do fornecedor em assinar o contrato administrativo
- 6.1 Providências a serem tomadas
- 6.2 Conseqüências da recusa do fornecedor
- 7 Aplicação de sanção administrativa em decorrência da inexecução do contrato administrativo

Capítulo Sexto

Registro de preços nas entidades do Sistema "S"

Edgar Guimarães

- 1 Questões introdutórias
 - 1.1 Natureza jurídica das Entidades do Sistema "S"
 - 1.2 Regime jurídico das licitações e contratos
- 2 Modalidades de licitação
 - 2.1 Concorrência
 - 2.2 Pregão
- 3 Julgamento das propostas
 - 3.1 Órgão julgador: espécies, composição e atribuições
 - 3.2 Tipos de licitação e suas aplicações
 - 3.3 Os possíveis tipos nas licitações para registro de preços
 - 3.4 Inversão das fases da licitação
- 4 Publicidade do edital
 - 4.1 Regras a serem observadas
- 5 Registro de vários fornecedores para um mesmo objeto
 - 5.1 Condições para implementação
- 6 Homologação da licitação e providências subsequentes
 - 6.1 Adjudicação em licitações para registro de preços
 - 6.2 Assinatura do instrumento resultante da licitação
 - 6.3 Vigência do registro de preços
- 7 Formalização da contratação
 - 7.1 Utilização de termo contratual ou instrumento equivalente
 - 7.2 Prazo de vigência do registro e duração do contrato
- 8 Cancelamento do preço registrado
 - 8.1 Cancelamento do preço pelo descumprimento das obrigações assumidas no respectivo instrumento
 - 8.2 Cancelamento do preço pela recusa do fornecedor em adequá-lo ao mercado
 - 8.3 Cancelamento do preço por interesse da Entidade
 - 8.4 A necessária observância do contraditório e da ampla defesa

Referências